

RODOLFO DE CAMARGO MANCUSO

AÇÃO POPULAR

8.^a edição
revista, atualizada e ampliada

Com remissões pontuais
ao **novo CPC** (Lei 13.105,
de 16.03.2015)

Prefácio

JOSÉ AFONSO DA SILVA

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

STJ00101337

AÇÃO POPULAR

8.^a edição revista, atualizada e ampliada

RODOLFO DE CAMARGO MANCUSO

1.^a edição: 1994 – 2.^a edição: 1996 – 3.^a edição: 1998 – 4.^a edição: 2001
– 5.^a edição: 2003 – 6.^a edição: 2008 – 7.^a edição: 2012.



© desta edição |2015|

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMIS
Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso site: www.rt.com.br

Impresso no Brasil |06-2015|

Profissional

Fechamento desta edição |25.05.2015|



ISBN 978-85-203-6300-3

SUMÁRIO

PREFÁCIO À 1.ª EDIÇÃO – JOSÉ AFONSO DA SILVA	9
NOTA À 8.ª EDIÇÃO	13
ABREVIATURAS.....	21
1. DE ORDEM GERAL	25
1.1 Os direitos subjetivos: individuais e públicos. Os interesses legítimos.....	25
1.2 Características da tutela jurisdicional dos direitos subjetivos individuais e públicos	31
1.3 O acesso à justiça das chamadas “liberdades públicas”	39
1.4 Os interesses metaindividuais e as chamadas “ações coletivas”	45
1.5 Um quadro sinóptico-comparativo de algumas “ações coletivas” ..	51
2. A AÇÃO POPULAR: DAS FONTES ROMANAS AO NOSSO TEMPO ..	55
2.1 Origens romanas.....	55
2.2 No direito intermédio	61
2.3 No direito moderno e contemporâneo.....	62
2.4 No direito brasileiro.....	71
2.5 Conceito e espécies de ação popular.....	79
3. OS ELEMENTOS E AS CONDIÇÕES DA AÇÃO POPULAR	89
3.1 Tipologia da ação popular e de seu processo	89
3.2 Elementos da ação popular	101
3.2.1 Partes.....	101
3.2.2 Pedido.....	108
3.2.3 Causa de pedir	117
3.2.3.1 A moralidade administrativa como causa autônoma.....	129

3.2.3.2	Limites à revisão jurisdicional de atos aprovados pelos Tribunais de Contas.....	142
3.3	Condições da ação popular	152
3.3.1	De ordem geral: condições da ação e mérito.....	152
3.3.2	O interesse de agir.....	162
3.3.3	Possibilidade jurídica do pedido	170
3.4	Legitimação para agir.....	179
3.4.1	Ativa	179
3.4.1.1	De ordem geral.....	179
3.4.1.2	O autor popular é um substituto processual?.....	187
3.4.1.3	O autor popular age em legitimação ordinária	190
3.4.1.4	O autor popular, menor de 18 anos.....	195
3.4.1.5	As pessoas jurídicas	198
3.4.2	Legitimação passiva	203
3.4.2.1	De ordem geral.....	203
4.	PROPOSITURA E TRAMITAÇÃO DA AÇÃO POPULAR (FASES POSTULATÓRIA E PROBATÓRIA).....	233
4.1	Competência	233
4.2	A fase postulatória	246
4.2.1	Formação do litisconsórcio passivo	246
4.2.2	Concessão ou denegação de liminar	253
4.3	O conjunto probatório.....	261
4.3.1	A postura do juiz na ação popular	262
4.3.2	O procedimento.....	267
4.3.3	A postura do Ministério Público	269
4.3.4	Os meios de prova, o <i>onus probandi</i> e a oportunidade de sua produção	279
4.3.5	Revelia	290
4.3.6	Reconvenção.....	291
5.	SENTENÇA NA AÇÃO POPULAR.....	295
5.1	Tipos de sentença na ação popular.....	295
5.2	Natureza das sentenças possíveis em ação popular	298

5.2.1	Sentença que <i>extingue o processo</i> da ação popular, sem resolução de mérito	299
5.2.2	Sentença que <i>extingue o processo</i> da ação popular, com resolução de mérito	306
5.2.2.1	A sentença acolheu, total ou parcialmente, a ação	310
5.2.2.2	A sentença julgou a ação improcedente	318
6.	RECURSOS NA AÇÃO POPULAR.....	329
6.1	Apelação	331
6.2	Agravos: de instrumento, interno e em RE e REsp	339
6.3	Embargos infringentes (não recepcionados no novo CPC)	344
6.4	Embargos de declaração.....	347
6.5	Recursos extraordinário e especial.....	349
6.6	Embargos “de alçada” (na legislação extravagante)	354
6.7	Embargos de divergência	356
7.	COISA JULGADA.....	359
7.1	De ordem geral.....	359
7.2	A coisa julgada na ação popular	362
8.	DA EXECUÇÃO (“CUMPRIMENTO DA SENTENÇA”).....	379
8.1	De ordem geral.....	379
8.2	Os legitimados ativos	391
8.3	Os legitimados passivos	394
8.4	Os prazos para iniciar a execução	398
	BIBLIOGRAFIA	407
	OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....	429